



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS

Estado de Mato Grosso do Sul

CONTRATO DE ALIENAÇÃO DE IMOVEIS Nº 129/2022.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS E A EMPRESA/PF ALESSANDRA APARECIDA ROSA,

I CONTRATANTE “O MUNICÍPIO DE DEODAPOLIS - MS”, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.903.176/0001 - 41, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Avenida Francisco Alves da Silva nº 443, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, doravante denominado **ALIENANTE** e **ALESSANDRA APARECIDA ROSA**, casada estabelecida à AV. Osmir de Andrade, nº 73 Jardim Eldorado, Município Deodópolis/MS, inscrita no CPF nº 217.408.478-30 RG nº 1062697 SSP/MS, doravante denominada **ALIENATÁRIO (A)**.

II - REPRESENTANTES: Representa a **ALIENANTE** o Sr. **Jean Carlos Silva Gomes**, Secretário Municipal de Gestão Administrativa e Finanças, portador do RG nº 001675415 SSP/MS, inscrito no CPF sob o nº 032.167.261-50, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Moriah s/nº - Jardim Europa, Lote 01 Quadra 27 nesta cidade e o **ALIENATÁRIO (A)** a Srª. **ALESSANDRA APARECIDA ROSA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Deodópolis/MS, a AV. Osmir de Andrade, nº 73, bairro Jardim Eldorado portador (a) do RG n.º 1062697 SSP/MS e do CPF nº 217.408.478-30, ajustam o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições aqui estipuladas.

III - DA AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Sr. Prefeito Municipal, exarada em despacho constante do **Processo Licitatório nº 152/2022**, gerado pela **Concorrência nº 003/2022**, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivesse contido.

IV - FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas, com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e alterações posteriores, Lei Municipal nº 738, de 01 de julho de 2020, Lei Municipal nº 799 de 29 de junho de 2022 Decreto Municipal nº 003/2021 de 06 de janeiro de 2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Constitui objeto deste Contrato a Alienação dos Lotes Urbanos de propriedade do Município de Deodópolis - MS, no **Jardim Deodópolis, Jardim Eldorado II e III, Jardim Santo Antônio e no Loteamento do Parque**, matriculados no Serviço Registral de Imóveis de Deodópolis - MS e respectivos desmembramentos em favor da licitante supra qualificada.

Item	Matricula	Lote	Quadra	Área M ²	Bairro	Valor Proposto R\$
18	8481	12/03	03	275,00	Loteamento do Parque	48.100,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR:

2.1. Dá-se a este contrato o valor total de R\$ **48.100,00(quarenta e oito mil e cem reais)**, sendo pagas em **20(vinte) parcelas**, sendo a primeira no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da data da assinatura do contrato, as demais parcelas deverão ser pagas a cada 30 dias do pagamento da parcela anterior.

PARCELADO: Em 20(vinte) parcelas, que incidirá juros a taxa nominal de 1% (um por cento) ao mês, mais encargos financeiros a taxa referencial SELIC em cada parcela, conforme a Lei Municipal nº 799/22.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

3.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93 são obrigações da ALIENATARIO:

- a) Atender integralmente o disposto no Edital e seus anexos, inclusive os prazos nele previstos.
- b) Assumir integral responsabilidade por danos causados ao Município e a terceiros em decorrência do presente contrato.
- c) Responsabilizar-se por todas as despesas referentes a transferência do imóvel.

3.2. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, são obrigações da ALIENANTE:

- a) Aplicar as penalidades cabíveis, nas situações previstas no edital;
- b) Fiscalizar a realização e o cumprimento da obrigação dos pagamentos;
- c) Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade, e sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;
- d) O não cumprimento do prazo supramencionado acarretará multa de 2% (dois por cento) ao mês, sobre o valor total da parcela em atraso, a partir do vencimento dos prazos estabelecidos.
- e) Ao licitante fica facultada a antecipação do vencimento da dívida.
- f) A falta de pagamento de 03 (três) parcelas acarretará o vencimento antecipado da dívida e imediata execução do contrato e da respectiva garantia.
- g) Sendo o arrematante credor do Município, não poderá compensar o crédito pela aquisição do imóvel, com fundamento no artigo 44 da lei de responsabilidade fiscal, Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

- h) Em caso de falecimento do promitente comprador, o débito será de responsabilidade de seu(s) herdeiro(s)/sucessore(s) limitado ao(s) seu(s) quinhão(ões);

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSMISSÃO DA PROPRIEDADE E DA POSSE DO IMÓVEL ARREMATADO.

4.1. A transmissão da propriedade será efetuada após o pagamento integral do valor do imóvel.

4.2. Serão da responsabilidade do CONTRATADO:

- a) Todas as despesas necessárias à lavratura da escritura;
- b) Iniciativa necessária à lavratura da escritura, inclusive a obtenção de guias, declarações e documentos exigíveis, com o consequente pagamento, às suas expensas, de taxas, impostos, emolumentos, registros, e demais encargos que se fizerem necessários;
- c) custas processuais e taxas judiciárias, quando for o caso.
- d) o pagamento das tarifas bancárias devidas na contratação.
- e) IPTU, taxa de lixo, esgoto, iluminação pública e demais taxas referentes ao imóvel.

4.3. O imóvel será entregue no estado que se encontra, ficando a cargo do ALIENATÁRIO qualquer limpeza ou eventuais reparos, não respondendo o ALIENANTE, por quaisquer defeitos ocultos ou externos que venham a apresentar o imóvel.

4.4. O adquirente do imóvel não poderá alienar/transferir posse do terreno à terceiros até que ocorra o registro definitivo da escritura, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência do contrato será de **24 (vinte) meses**, iniciando em 22 de dezembro de 2022 e encerrando-se em 21 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multas conforme previsto no presente contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Deodápolis - MS, pelo prazo de 02 (dois) anos sem prejuízo das demais sanções administrativas;
- d) Declaração de Inidoneidade.

6.2. As penalidades só deixarão de ser aplicadas se ocorrer fato superveniente, justificável e aceito pela Autoridade Superior, observando-se que somente serão

aplicadas mediante procedimento administrativo, no qual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.3. Não será admitida a desistência da proposta formalizada, e o não pagamento total ou parcial do preço ofertado por período de tempo de até 30 (trinta) dias além das condições ajustadas implicará em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela, sem prejuízo de juros de 01% (um por cento) a.m. e, se superior a esse prazo, implicará na reversão da aquisição em favor da municipalidade, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias, com multa adicional rescisória de 10% (dez por cento) sobre o valor integral do item, sem prejuízo da restituição de eventual saldo já quitado pelo adjudicatário.

CLÁUSULA SETIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. A rescisão contratual poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração Municipal, nos casos enumerados nos incisos I, XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA DA DOTAÇÃO:

8.1. Os valores oriundos da venda dos imóveis serão utilizados em despesas de capital na rubrica 4.2.2.0.00.1.1.00.00.00 - Alienações de Bens.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. Será responsável por fiscalizar a execução do presente contrato o Sr. José Rabelo dos Santos nomeado pela Portaria nº 315/2021 de 27 julho de 2021

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

10.1. Dentro do prazo legal, contado de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publicação de resumo deste Contrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Deodópolis, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Deodópolis-MS, 22 de dezembro de 2022.

JEAN CARLOS SILVA GOMES
Secretário Municipal de Gestão
Administrativa e Financeira

ALESSANDRA APARECIDA ROSA
Alienatário(a)

Testemunhas:

Andréa Pires da Cruz
CPF: 007.426.771-09

Jean Martins Sobral
CPF: 037.988.811-46